

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM GOIÁS: POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS A PARTIR DOS DISCURSOS POLÍTICOS

ALVES, Miriam Fábria* – UFG

GT-02: História da Educação

Esse trabalho decorrente de uma investigação mais ampla realizada no período de 2003 a 2007, que objetivava compreender o processo de escolarização em terras goianas durante a implantação da República, pretende analisar o projeto de educação produzido pela família Caiado que exerceu o poder em Goiás durante o período de 1917 a 1930 tomando como referência as fontes primárias, aqui consideradas os discursos políticos produzidos e em circulação durante o domínio caiadista. Dentre outras questões procurou-se investigar quais foram os discursos produzidos pela família Caiado acerca da escolarização em Goiás? Como o grupo caiadista, no executivo estadual representou a ação do Estado no que tange à instrução primária?

Para essa empreitada foram utilizados as mensagens presidenciais (1917-1930) e os periódicos, a revista *A Informação Goyana* e o jornal *O Democrata*, considerados nessa análise textos políticos como apresenta Haquira Osakabe (2002), ou seja, discursos de intenção política que revelam respectivamente um conjunto de discursos de prestação de contas e um conjunto de discursos de tensão.

As mensagens presidenciais exploradas neste trabalho compõem o conjunto de discursos de prestação de contas. As mensagens eram pronunciadas anualmente pelo presidente do estado¹ à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura das atividades legislativas e, em geral, eram compostas de uma análise da administração: as ações, os problemas herdados, a forma como as dificuldades estavam sendo resolvidas, a prestação de contas do que fora gasto durante o ano e o relatório completo de cada secretaria de sua administração². A interpretação das mensagens dos presidentes de estado foi feita para compreendê-las como textos políticos, nos quais se disseminava representações acerca das relações entre política e escolarização. Do ponto de vista político, as mensagens são significativas para a compreensão das práticas discursivas do governo em ação, mas também “como instância última que justifica a ação empreendida” (OSAKABE, 2002, p.75), pelos presidentes de estado.

* Profª Faculdade de Educação/UFG.

¹ Terminologia utilizada durante a Primeira República para designar o governador do Estado.

² Tal prestação de contas era prevista na Constituição do estado e se determinava que o presidente enviasse, no dia 13 de Maio, à Câmara uma mensagem expondo a situação dos serviços públicos e as medidas necessárias à sua regularidade (GOYAZ, 1891).

Quanto aos textos dos periódicos revelam um conjunto de discursos de tensão que tem “elevada ao extremo a sua função persuasiva, onde apelar para essas significações, enquanto valores morais a serem observados, constitui condição fundamental para a própria persuasão” (p. 75), e demonstram não só a necessidade de justificar as ações governamentais, mas também convencer e persuadir os leitores a aderirem as verdades do grupo no poder.

A Primeira República em Goiás

Apresentadas essas considerações, importa ressaltar que na Primeira República três grupos familiocráticos exerceram o poder político, em especial, controlando o executivo estadual: Os Bulhões, Xavier de Almeida e Caiado que se sucederam no poder adaptando as práticas políticas aos seus interesses mais imediatos e burilaram o coronelismo vigente: o uso da máquina estatal e da violência institucionalizada para vencer as eleições, disseminar suas representações, determinar a verdade eleitoral, arregimentar os coronéis municipais, publicar periódicos, subvencionar instituições e anular a oposição.

Nas primeiras décadas republicanas, a precária situação política no estado, o clima de instabilidade, a falta de continuidade das políticas governamentais, as dificuldades municipais em assumir as escolas primárias, limitaram a ação estatal e impediram a consolidação do projeto republicano de formação do povo ordeiro, capaz de introjetar os preceitos de uma sociedade moderna e higienizada. Nessa realidade conflituosa, os diferentes grupos oligárquicos no poder estadual representaram a instrução primária com um fardo difícil de carregar, que não produzia resultados efetivos. Justificaram a descentralização da instrução primária que, durante grande parte desse período, ficou sob a responsabilidade dos municípios, os quais não tinham condições financeiras e de pessoal para manter uma escola primária.

O processo de escolarização caminhou a passos lentos, no que diz respeito à constituição de uma rede de escolas primárias, uma vez que não houve ampliação significativa do número de escolas e do atendimento às crianças. A escola continuou sendo a aula pública, a escola de primeiras letras, a escola unitária, de ensino individual, itinerante nas casas alugadas, precária na contratação de professores, na aquisição de mobiliário e de material didático. Ademais, as poucas informações vindas dos municípios não permitiam às autoridades compor um quadro geral da instrução

primária: havia dificuldades em precisar quantas escolas estavam em funcionamento, quantos alunos eram atendidos, quem e quantos eram os professores, qual o material disponível, onde funcionava a escola. Os discursos e a legislação também avançaram lentamente no tocante à produção e circulação de um conjunto de referências basilares para a escola primária.

Esse avanço ganhou concretização no período de domínio caiadista e os sinais de mudança, ainda que tímidos, podem ser observados a partir de 1918, quando o governo estadual efetivamente assumiu a criação e manutenção das escolas primárias, investiu na criação dos grupos escolares, ampliou a rede escolar e incentivou as mudanças pedagógicas estabelecendo novos parâmetros para a escolarização goiana.

A ascensão dos Caiado ao governo estadual teve início com a derrocada do grupo xavierista em 1909, mas se consolidou com o acordo político feito pelo presidente da república em 1917, quando João Alves de Castro assume o executivo do Estado³ e em sua gestão aprova a reforma da instrução primária em 1918, que dentre outras medidas institui o grupo escolar em Goiás.

Nessa análise, a educação assume um papel de centralidade na estratégia política dos Caiado e se sobressai como um dos elementos que compõem a estratégia política do grupo caiadista para apresentar no cenário nacional um estado moderno, alinhado com as transformações em curso no país⁴. Assim, a escolarização soma-se aos vários mecanismos de controle oligárquico utilizados pelos Caiado, dentre os quais se destacam a violência e a reformulação das leis estaduais de acordo com os seus interesses. Internamente, as questões sociais, as manifestações populares, as dissidências do grupo eram predominantemente resolvidas por meio da violência

³ De acordo com Joaquim Carvalho Ferreira (1980), durante esse período, os presidentes foram: João Alves de Castro (1917-21), Eugênio Rodrigues Jardim (1921-1922), Miguel da Rocha Lima (1922-25), Brasil Ramos Caiado (1925-1929), Alfredo Lopes de Moraes (1929-1930). As sucessivas gestões dos Caiado sofreram críticas violentas dos estudiosos do período, em razão de um conjunto de práticas políticas condenáveis: manutenção do coronelismo acrescida de uma violência brutal, constantemente utilizada pelo grupo para manter-se no poder; apropriação indevida dos bens estatais; corrupção, dentre outras. A partir da Revolução de 1930 e da ascensão de Pedro Ludovico Teixeira, o discurso do atraso do estado no domínio caiadista incorporou-se às críticas já apresentadas.

⁴ No entanto, a educação não era ainda percebida pelos estudiosos, como um desses instrumentos de controle e domínio no cenário político goiano. Ana Lúcia da Silva (2001) ao apresentar os “célebres mecanismos de afirmação oligárquica” utilizados pelos Caiado para dominar a cena política em Goiás, ressalta: “controle dos principais postos políticos de controle do Estado e no Estado; rígido controle da comissão executiva do partido; reformulação das leis estaduais, adequando-as a seus interesses; manutenção de jornais para difusão de suas idéias e princípios ideológicos; respeito às premissas do pacto oligárquico-coronelístico; articulação com os demais grupos coronelísticos da região; controle do processo eleitoral: leis, eleições, verificação dos poderes; uso da força policial para esmagar resistências a seu poder” (p. 73-74). Em nenhum momento de sua análise, a educação é vista como forma de controle da realidade social.

institucionalizada, o que poderia representar a face *selvagem* do estado, no cenário nacional, entretanto, o grupo tentava projetar uma imagem modernizadora do estado, e a escolarização foi em alguns momentos utilizada como instrumento de divulgação dessa face moderna.

Nesse sentido, a análise de Serge Berstein (1998) acerca da “importância do papel das representações na definição de uma cultura política” (p. 350) contribui para a compreensão dessa estratégia dos caiadistas, pois um grupo que se pretendia hegemônico necessitava também estabelecer o consenso no âmbito cultural, o que, nesse caso, poderia ser obtido por uma adesão ao projeto republicano de educação, expresso de forma concreta com a criação e difusão dos grupos escolares no Estado.

Ademais, a escola representa também um dos canais de socialização da cultura política, que, nas palavras de Berstein (1998), “transmitem, muitas vezes de maneira indireta, as referências admitidas pelo corpo social na sua maioria e que apóiam ou contradizem a contribuição da família” (p. 356).

Considerando que na realidade goiana a forma escolar⁵ estava em processo de afirmação, e que sua expressão maior era o grupo escolar, foram instituídos mecanismos para o controle das práticas escolares. Ademais, as inúmeras realizações no campo educacional, durante a gestão dos Caiado, a visibilidade que deram às suas ações políticas na imprensa goiana, a construção discursiva como estratégia política de manutenção no poder, serviam de justificativa para as decisões tomadas no âmbito estadual e completaram a representação que elaboraram para o seu domínio em Goiás.

A instrução primária em Goiás nos discursos políticos: a interpretação das fontes

No que tange à instrução primária, o discurso governamental enfocava-a como um princípio republicano que deveria ser oferecido para a população goiana, e que até então não havia se concretizado. Ao avaliar o seu mandato, João Alves de Castro afirma ter conseguido alcançar a “difusão e a obrigatoriedade do ensino primário” uma vez que o governo não poupou “esforços para disseminar o ensino”,

⁵ Com base nas discussões de Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin (2001), a noção de forma escolar – o processo de configuração de um modelo escolar moldado pelas demandas históricas de uma determinada sociedade e que transcende a escola e entremeia-se nas relações forjando também modelos sociais –, foi considerada nessa análise, em especial no que tange à criação de um espaço específico para a escola e sua atuação no processo de socialização das novas gerações, o que implica uma relação mais ampliada entre escola e sociedade.

ademais “tem apresentado esplêndido resultado na prática o Regulamento baixado pelo decreto n.º 5.930 de 24 de outubro de 1918” (MENSAGEM, 1921).

A obrigatoriedade escolar ganhou destaque no discurso político da época como uma das grandes realizações da administração, uma vez que tal medida ganhou respaldo nacional da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, que parabenizou o governo por ajudar o “povo goiano a libertar-se das garras do analfabetismo” (MENSAGEM, 1919). Não obstante a obrigatoriedade estar determinada na legislação goiana desde o Império, as condições de sua efetivação pouco se alteraram naquele período, e a reforma de 1918 manteve os mesmos critérios de obrigatoriedade que já vigoravam, ou seja, alcançava apenas as crianças que estivessem na zona urbana ou até um quilômetro dela, o que na prática excluía a maioria das crianças, que, de acordo com o censo de 1920, ainda se encontrava na zona rural. Como assinala Itami Campos (1987) nos anos de 1920 “o Estado de Goiás tem uma inexpressiva população, dispersa em um vasto território [...] com uma grande maioria dela habitando no campo e com uma pequena parcela residindo em pequenas cidades ou em vilas” (p. 37), assim não se podia “falar em meio urbano em Goiás, na época.” (p. 37). Ainda de acordo com o autor, o Censo de 1920 não registrou população rural. No entanto, em 1950, Goiás ainda possuía 88,9% da população residindo no campo.

No entanto, o governo fez questão de divulgar amplamente essa medida como uma grande novidade de sua gestão. Na revista *A Informação Goyana*, a notícia aparece como um grande feito dessa gestão e quiçá da instrução pública no Brasil:

Goyaz acaba de se colocar mais uma vez na vanguarda das iniciativas simpáticas em prol da *transformação dos nossos velhos hábitos*. O presidente Alves de Castro, secundado nos seus esforços pela mocidade culta de Americano do Brasil, decretando a *instrução primária obrigatória em seu Estado*, abriu de fato novos horizontes às possibilidades do Brasil Central.

Não está, porém apenas nesse decreto o mérito desse ato de elevado alcance patriótico e que em muito contribuirá para o desenvolvimento mental da nacionalidade. O mais importante é o plano da sua execução de que nos dão notícia em linhas gerais os telegramas últimos. Ao lado da obrigatoriedade do ensino de primeiras letras, S.Ex. criou a organização das caixas escolares em moldes como ainda não existem entre nós, e que por si sós contribuirão para realizar o que na sua campanha jornalística o ilustre homem de letras Carlos Maul denominou a “Ditadura Pedagógica” mantida pelo imposto nacional contra a ignorância.

A energia moça de Americano do Brasil e ao espírito esclarecido em empreendedor do dr. Alves de Castro deve, pois, o país essa obra benemerita que é a primeira que se pratica entre nós para dar combate eficiente ao analfabetismo que amesquinha as populações provincianas (A INFORMAÇÃO GOYANA, 15/dez./1918, p.65). (grifos meus)

A interpretação do texto revela dois aspectos importantes para essa construção discursiva: a) a necessidade de auto-afirmação política dessa medida, assim como de sua autoria – a administração de João Alves de Castro e de Americano do Brasil; b) a idéia do novo, de ruptura com os velhos hábitos, desconsiderando todas as medidas anteriores que também tratavam da obrigatoriedade no Estado⁶. Para confirmar que o governo havia envidado todos os esforços para alterar a realidade educacional e fazer cumprir a lei da obrigatoriedade, em 1920, o presidente afirmava que “nossas cidades, nossas vilas, nossos arraiais, não comportam mais escolas além das existentes”. Como parte significativa da população estava concentrada no campo, composta por agricultores e criadores, “era o caso de se experimentar as escolas rurais, nos bairros mais povoados dos municípios. Esta iniciativa que tem dado os melhores resultados no Brasil seria certamente muito proveitosa a Goiás” (MENSAGEM, 1920). No entanto, essa indicação não impulsionou, durante a Primeira República, iniciativas concretas de escolas rurais.

A realização da Conferência Interestadual de Ensino Primário em 1921⁷ levou o presidente a afirmar que, dentre as conclusões e sugestões apresentadas, as que mais interessavam a Goiás eram as seguintes:

A União deve colaborar com os Estados, municípios e particulares na difusão do ensino primário, mediante acordo subvenção e favores;
O Governo Federal fundará escolas normais em todo o país, equiparando as estaduais que aceitarem o mesmo modelo;
Far-se-á acordo para a uniformização de programas, com estágio de dois anos, inclusive um curso de aplicação didática;
Será criado um professorado único, com os mesmos direitos deveres (MENSAGEM, 1922).

A decisão da conferência, que confirmava a participação da União na difusão do ensino primário e na formação dos professores, revelava uma decisão inédita, uma vez que, até então, havia prevalecido a “tradicional abstenção da União, nesse campo, fundamentada em interpretação constitucional segundo a qual as questões sobre o ensino primário eram atribuição dos governos estaduais” (NAGLE, 2001, p. 177). Um

⁶ Em Goiás, inicialmente, a obrigatoriedade do ensino foi estabelecida pela Lei n.º 13 de 1835, que determinava a obrigatoriedade dos pais de família em oferecer instrução primária a seus filhos de cinco a quatorze anos, nas escolas particulares ou públicas ou em sua própria casa (ABREU, 2006).

⁷ A conferência realizou-se de 12 de outubro a 16 de novembro de 1921, contando com participação de representantes dos estados, do Distrito Federal e de associações não-oficiais. Para Jorge Nagle (2001), “os resultados finais consagraram o princípio da ‘missão constitucional’ da União para intervir na difusão do ensino primário, com o objetivo de combater o analfabetismo; especialmente, confirmaram a competência da União em subvencionar as escolas primárias estaduais e definir as exigências compatíveis para a fiel execução de medidas dessa ordem” (p. 180).

dos resultados da conferência pode ser observado no Decreto federal n.º 16.782-A, que estabelecia que o Governo da União, “com intuito de animar e promover a difusão do ensino primário nos Estados, entrará em acordo com estes para o estabelecimento e manutenção de escolas no referido ensino nos respectivos territórios”. A ajuda poderia ser de ordem financeira, com subsídios para o pagamento de professores primários e de fiscais, e também técnica, com a instituição efetiva da fiscalização. Em contrapartida, os estados ficariam

obrigados a fornecer casa de residência e escola e o necessário material escolar, a não reduzir o número das escolas existentes nos seus territórios ao tempo da celebração do acordo, a aplicar 10% no mínimo de sua receita na instrução primária e normal, a permitir que a União fiscalize o efetivo funcionamento das escolas por eles mantidas e adotar nas respectivas escolas o mesmo programa organizado pela União (MENSAGEM, 1925).

Embora o decreto federal tenha sido muito bem avaliado pelo governo goiano, este não apresentou nenhuma medida efetiva para viabilizar o acordo e concretizar as determinações estabelecidas. Jorge Nagle (2001) afirma que o decreto representava um “programa de certa maneira ambicioso e de difícil aceitação” e que, para a sua execução, seria necessário definir as dotações orçamentárias no Congresso Nacional, mas, como não “foram consignadas, tudo ficou no mesmo, à espera de resolução eficientemente prática” (p. 182-83).

O discurso altamente otimista do governo no tocante à situação educacional não estava isento de críticas, também presentes nos órgãos de divulgação governamental. Um artigo de 1921, na revista *A Informação Goyana* criticava a demora do Estado em executar o regulamento da instrução pública:

O governo goiano, por circunstâncias de várias ordens, não pôs em prática as idéias e planos relativos ao ensino primário que concebeu e publicou. Continuamos, no Estado, a sofrer a mesma pressão da praga do analfabetismo, sem que haja passos consideráveis no empenho de melhorar a situação.
Os Municípios continuam relativamente inertes, com relação ao magno problema e nenhum esforço sério se observa.
Com exceções, registram-se algumas divergências de critério, aqui, ali e acolá (A INFORMAÇÃO GOYANA, abr. 1921, p.67).

A crítica, veiculada em um periódico com estreitos laços governistas, que já havia divulgado anteriormente a reforma como solução para o analfabetismo do estado, apontava indícios claros das dificuldades de concretização da reforma de 1918. Essas contradições entre discursos e práticas, de uma realidade educacional descrita como

ideal e os indicativos de que a situação não era tão perfeita, foram uma constante nos anos de 1920.

No período de 1922 a 1924, parte da elite no poder adotou uma retomada da estratégia discursiva pessimista em relação à realidade educacional do Estado, e o presidente dizia ser “impressionante o que nos falta comparado ao que se tem feito”, e retomava o velho discurso das dificuldades, “ora resultantes da vastidão territorial, por onde está disseminada população relativamente e diminuta, ora da falta de professorado idôneo, ora ainda da carência e quase impossibilidade de fiscalização técnica” (MENSAGEM, 1922). Nesses discursos, não foram apresentadas ações concretas do Estado para alterar a realidade educacional que, em alguns aspectos, carecia de investimentos na criação de novas unidades escolares, na formação e na remuneração docente, na infra-estrutura das escolas, na fiscalização.

A culpabilização dos professores ganhava foco como justificativa para a não-ação do estado na criação e manutenção das escolas, já que para o presidente a incompetência dos professores “corresponde, velho lugar comum de pedagogia, à anulação das escolas, cujo número, se for aumentado, terá o demérito de crescer na razão inversa do proveito, pesando inutilmente no orçamento” (MENSAGEM, 1922). Para a elite política da época, alterações na situação dos professores implicavam investimentos na formação, tais como a ampliação da Escola Normal e melhorias salariais, o que o Estado não estava disposto a realizar, ou, em muitos momentos, não teria efetivamente condições para tal. Assim, a estratégia encontrada era apresentar os professores como os responsáveis pela situação caótica do ensino.

Esse tom pessimista, muito semelhante aos discursos do começo do século, teve continuidade, contudo foi sendo construído uma outra argumentação segundo a qual para se resolver o problema da instrução primária demandaria “tempo e medidas que obedeçam a critério bem definido, a um programa longamente premeditado e executado sem desfalecimentos, sem solução de continuidade.” Nesse sentido, o governo reconhecia que “providências esparsas nunca lograrão dar-nos aparelhamento escolar, de resultados eficientes” (MENSAGEM, 1924). Tal constatação revelava uma preocupação do Estado com medidas pontuais que, por um lado, permitiam a visibilidade das suas ações, mas não conseguia resolver os problemas estruturais da instrução primária no Estado, e também serviam como justificativa para o insucesso da ação governamental. Em 1924, destacava-se o reconhecimento da necessidade de um projeto de educação estatal, como uma ação de longo prazo que permitisse a expansão

com qualidade da escolarização primária e não apenas um plano de governo sujeito a mudanças temporais e pessoais que não beneficiavam a instrução primária.

As mensagens presidenciais, nesse caso, representavam muito bem essa construção discursiva: os problemas, as dificuldades que limitavam a ação do Estado, e as realizações naquela gestão eram apresentadas como grandes vitórias daqueles que estavam no poder.

Para sua interpretação é pertinente a afirmação de Haquira Osakabe (2002) de que os discursos de prestação de contas, “são feitos em nome de uma entidade acima da própria individualidade (o governo)” e, nesse caso, “o locutor não se impõe explicitamente, mas simplesmente se enquadra, se dilui na generalidade dessa impessoalidade e isenção que caracteriza a significação governo” (p. 85). Muito raramente as mensagens analisavam as fragilidades do Estado em oferecer a instrução primária, mas os problemas, as longas distâncias, a precariedade da comunicação, os professores e fiscais, e, nesse caso, os responsabilizavam pelo fracasso das realizações governamentais.

A mensagem de 1924 ilustra a formatação que se fez presente em muitas mensagens presidenciais daquele período: o preâmbulo destacava que a difusão do ensino primário era um problema nacional, não resolvido em nenhum estado, apesar de que em alguns o nível de desenvolvimento era mais elevado. No entanto, a instrução não havia sido generalizada em nenhum deles. Diante de um problema nacional, o presidente de Goiás constatava que “não é estranhável que o nosso aparelho educativo apresente falhas e esteja aquém do nível das exigências da atual civilização” e, para justificar a situação atual, listava as falhas: fiscalização, casas para escolas, mobiliário escolar, professores bem formados e orientados. Contudo, “não se dirá que à atenção do Governo tem passado despercebidas as conveniências do ensino”, ou seja, o governo zeloso fazia um balanço das suas realizações, apresentando o número de escolas criadas, os alunos atendidos nas escolas em sua gestão. Por último, afirmava que “nos limites da nossa legislação, não possui o executivo outro meio de difundir o ensino a não ser o de criar escolas e dar-lhes professores”. Entretanto, era certo que “o Estado gasta com a manutenção das escolas, sendo muito de duvidar que estas ensinem, com proveito”, por isso mesmo, “o remédio está na fiscalização, sem a qual não se pode conceber ensino organizado” (MENSAGEM, 1924).

Em sua turbulenta gestão, Brasil Ramos Caiado voltou sua atenção para a oposição crescente e os movimentos revoltosos que surgiram no cenário goiano. No

aspecto educacional, o seu discurso enfatizava a educação secundária, em especial o Lyceu de Goiás, que era bastante valorizado naquele período, o que pode ser verificado nas mensagens presidenciais e nos comunicados oficiais que apresentavam longos trechos exaltando o Lyceu⁸.

Informações que tratavam da instrução primária eram publicados pelo jornal *O Democrata*, órgão de divulgação do Partido Democrata. Esse periódico representou no Estado um instrumento de divulgação do ideário pedagógico da elite no poder, das realizações educacionais e também de contra-ataque às notícias publicadas no jornal da oposição, o *Voz do Povo*. Alguns desses textos serão tratados como discursos políticos que, postos em circulação, tentavam unificar uma representação sobre a instrução pública⁹. O *ouvinte*, o público destinatário desses textos, era bem mais amplo do que o das mensagens presidenciais, mas mesmo assim, a sua destinação era a elite, política ou letrada do estado, que constituía uma pequena parcela da população que possuía o domínio da leitura e tinha acesso ao jornal. Esse público exigia uma construção de significados mais elaborados e, às vezes, mais agressivos do que os textos das mensagens presidenciais, que cumpriam uma obrigação constitucional, a prestação de contas da gestão.

O preâmbulo, nos diferentes textos analisados, já anunciava a verdade inquestionável de que “tem merecido o mais carinhoso cuidado da administração pública, o serviço da instrução primária em nosso Estado” (O DEMOCRATA, 4 maio 1923), o que se traduzia na descrição das realizações governamentais:

dezenas de escolas tem sido criadas em distritos, núcleos de povoados [...] aulas avulsas tem sido criadas em diversas cidades [...] quatro grupos escolares estavam funcionando no Estado sendo um na Capital, e os outros três, nas cidades de Rio Verde, Bonfim e Catalão [...] tem o Governo mandado fornecer mobília escolar moderna e os livros didáticos mais aperfeiçoados e instrutivos (O DEMOCRATA, 4 maio 1923).

É incontestável o progresso do nosso ensino primário, que se traduz no aumento sem descontinuidade, do número de grupos escolares, de escolas isoladas, dos alunos que neles se matriculam ou os freqüentam (O DEMOCRATA, 13 ago. 1926).

⁸ A mensagem presidencial de 1926 traz uma longa exposição do presidente Brasil Ramos Caiado sobre o Lyceu (MENSAGEM, 1926). No *Correio Oficial* n.º 1256, Brasil Ramos publicou uma matéria destacando suas realizações e, na educação, ressaltava a importância do Lyceu e da Escola Normal. A mensagem de 1927 novamente destaca o Lyceu (MENSAGEM, 1927).

⁹ Para esta análise, foram selecionados alguns textos de períodos distintos do domínio caiadista (1923, 1926, 1927, 1929, 1930).

Dentre os artigos de contra-ataque a uma crítica feita pela oposição, destaca-se o de 1923. O governo fora acusado de não atender à solicitação do município de Ipameri para a criação de um grupo escolar. O argumento apresentado pelo jornal para justificar a recusa do Estado foi a de que “pela respectiva lei não podia o Governo criar novos grupos”¹⁰. Portanto, eram “injustas” as “censuras de um órgão da imprensa de Ipameri, que não conhecendo a legislação do Estado, entendeu que o Presidente podia criar a seu talante os grupos escolares que entendesse”. O jornal insistia que a negativa estava respaldada na lei, era uma decisão estatal e não uma vontade do governante. Para justificar a legalidade do ato presidencial, o jornal afirmava que o município de Currealinho, “melhor avisado”, aproveitara os benefícios da lei (sempre a lei) e fora contemplado com a nomeação do corpo docente para atuar no grupo escolar criado na localidade (O DEMOCRATA, 04 maio 1923).

Em 1927, um artigo do jornal *O Democrata* fez uma análise dos problemas da instrução primária: “falta de amplitude dada aos regulamentos de ensino, numa adaptação, que mais coadune com o desenvolvimento do Estado; falta de pessoal técnico, isto é, de professores que se exercitem como tais, com funções e especialidade”. Para o autor do texto, César Bastos, a solução seria a nomeação de funcionários públicos para o cargo de inspetores e a criação de uma Escola Normal Superior, além de ponderar que outros fatores deveriam ser levados em conta¹¹:

Os vencimentos do magistério, a edificação dos prédios para os grupos escolares, obedecendo a um plano informe de construções higiênicas. O professorado, recebendo da Escola Normal Superior os conhecimentos da moderna pedagogia, iria transmitindo ao corpo discente, n’uma transfusão mais sadia, a alfabetização à criança goiana (O DEMOCRATA, 11 nov. 1927).

O texto de César Bastos, diferentemente dos outros analisados, apresentava uma discussão pedagógica da problemática do ensino primário no estado. Apesar de repetir algumas idéias centrais dos outros artigos, discute e apresenta, em conformidade com medidas tomadas em outros estados, sugestões para melhorar a instrução em Goiás.

Em 1929, em plena campanha eleitoral para a presidência do estado, houve uma mudança significativa nos discursos do jornal *O Democrata*, que se tornaram mais

¹⁰ A lei citada, era a de n.º 694 de 1921 que, autorizava o governo do estado a criar cinco grupos escolares, o da capital, dois no sul e dois no norte do Estado, assim como o custeio dos professores dos grupos escolares fundados pelos municípios (GOYAZ, 1921).

¹¹ César da Cunha Bastos foi Secretário do Interior e Justiça e um dos responsáveis pela elaboração da reforma de 1930.

agressivos e revanchistas. Apesar de construir uma estrutura discursiva semelhante às apresentadas, esses textos buscavam neutralizar o adversário, o opositor, que, nesse caso, era o jornal *Voz do Povo*. Segundo *O Democrata* que no “afã de tudo deprimir e de hostilizar a atual administração” o jornal *Voz do Povo* “abordou e expendeu comentários a temas estranhos e que, por isso, escapam a sua percepção intelectual”. Tentava-se desqualificar o discurso do opositor considerado “falho e carecedor de conhecimentos pedagógicos, ignorando mesmo o conhecimento dessa ciência”, ou porque “a folha que nos faz oposição não se sentiu com coragem para discutir o problema do ensino primário, entre nós, no terreno científico em que o colocamos”. Se o opositor não possuía competência intelectual, pedagógica ou científica para discutir um tema tão essencial, a instrução primária, “era natural e esperado que o asno que orneja na redação da ‘Voz do Povo’, saísse de orelhas murchas a distribuir-nos, a todos desta casa, patadas e dentadas, como aconteceu no último número daquele periódico”.

Para rebater as críticas à instrução primária, o jornal afirmava que a “questão do ensino é uma questão científica que não se plasma às conveniências pessoais” e apresentava que “a atual administração despense 15% de sua renda, em benefício do ensino [...] só com a instrução primária desembolsa o governo a soma de 408 contos”. Quanto aos professores dos grupos escolares “estão sendo atualmente, bem remunerados. *Trabalhando apenas três horas por dia*¹², vencem trezentos mil réis mensais” e em termos comparativos “até a bem pouco tempo Minas pagava 250\$ por mês aos professores de Grupo”, assim sendo, “o nosso Estado é um dos que melhor pagam tais funcionários”.

Então como explicar por que nem tudo funcionava perfeitamente na instrução primária goiana? Inicialmente, “as falhas que se notam na eficiência do ensino em alguns Grupos do Interior, *são antes devidas a causas estranhas ao governo*, e nós não desconhecemos essas falhas”, posteriormente a “razão do mal tem origem no próprio corpo docente, no seu aparelhamento pedagógico” ou mesmo por “deficiência do nosso aparelho técnico que ainda não funciona, no Estado, com a perfeição que era para se desejar”. Nessa direção, “o que se torna imprescindível é uma seleção a se processar na formação de um professorado digno desse nome, e ao mesmo tempo, a criação de um curso de aperfeiçoamento” (*O DEMOCRATA*, 12 jan. 1929; 19 jan. 1929; 09 fev. 1929).

¹² Os grifos nos textos de 1929 são de minha autoria.

A interpretação dos artigos de 1929 nos permite afirmar que estava em vigência um discurso muito mais agressivo, indicativo de um momento de tensão acentuada no governo caiadista, a gestão de Brasil Ramos Caiado e de efervescência da oposição no estado. Com o intuito de reforçar as suas argumentações os dados quantitativos que demonstravam os gastos feitos com a instrução pública, incluindo o pagamento dos professores dos grupos escolares, foram utilizados para garantir a veracidade das afirmações. Para tanto, o jornal utilizou a comparação do salário de um professor do grupo em Goiás e em Minas Gerais, considerado um estado mais avançado em instrução pública, e afirmava que em Goiás o professor recebia mais. Assim, a adesão do leitor à sua posição era buscada pelo argumento de que os professores eram bem remunerados, trabalhavam apenas três horas diárias, e se mesmo assim todos os investimentos governamentais não produziam bons resultados, a culpa era dos professores. Porém, o discurso não explicitava ao leitor que os professores dos grupos escolares eram a minoria dos profissionais da instrução primária. Predominavam na rede pública professores das escolas isoladas, que trabalhavam por poucos salários e, muitas vezes, sem nenhuma condição de trabalho. Como a oposição pressionava e exigia uma resposta, o jornal contra-atacava e buscava legitimar as ações do governo caiadista.

A busca da legitimidade governamental foi uma constante durante o período, e a instrução primária serviu como anteparo às inúmeras críticas disparadas contra os Caiado: a reforma de 1918, os grupos escolares, a expansão da rede e do atendimento, enfim, realizações inéditas no estado, que representaram o símbolo da modernidade caiadista.

Na década de 1920, a construção discursiva evidenciava a necessidade de o Estado goiano criar novos marcos sob os quais se assentaria a instrução primária. Além disso, era preciso balizar as transformações na escola primária, e os ideais de uma sociedade escolarizada e civilizada foram apresentados como prementes, ou seja, a escola seria instrumento de conformação de um novo modelo social, de uma sociedade escolarizada, um ideal distante em um estado de enorme extensão geográfica, agrário, com dificuldades de transporte e de comunicação e sobre o qual se projetava, em especial, nos periódicos da época, a imagem de um povo inculto, indolente, selvagem e avesso aos benefícios do progresso e da modernidade.

Considerações finais

Em suma, as fontes utilizadas, possibilitam algumas interpretações acerca da escolarização em Goiás nos discursos em circulação. No que tange aos discursos de prestação de contas, as mensagens presidenciais, é possível constatar uma alternância no enfoque do discurso que em alguns momentos exaltava as ações governamentais e, em outros, adotava um tom pessimista, atribuindo o insucesso da instrução pública a causas externas, tais como as distâncias, a falta de professores bem formados e de fiscalização o que justificava também a ausência de uma ação mais efetiva do governo do Estado em relação à instrução pública. Quanto aos discursos de tensão, em circulação nos periódicos, pode-se afirmar que tinham uma argumentação mais apelativa, buscando neutralização os focos opositores. Para isso utilizavam em seus argumentos os dados quantitativos, a legislação e uma linguagem muito agressiva que buscava a legitimidade da ação governamental.

Por fim, as práticas discursivas dos Caiado no poder estadual deram centralidade a instrução primária, que assumiu o papel de estratégia de domínio político no Estado. Em disputa, a construção de suas gestões como portadoras do progresso e da modernidade, também consolidado pela obrigatoriedade da instrução primária, na instituição do grupo escolar e construção de prédios escolares. Assim, a estratégia discursiva supervalorizava a ação governamental, rebatia as críticas da oposição e apresentava a modernidade do estado no cenário nacional.

Referências

ABREU, Sandra Elaine Aires de. *A instrução primária na Província de Goiás no século XIX*. São Paulo: 2006. (mimeo) (tese de doutorado).

A INFORMAÇÃO GOYANA. 15/dez./1918; abr./1921;

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1987.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1980. (Coleção Documentos Goianos n.º 5).

GOYAZ (1891). Constituição Política do Estado de Goyaz. Goyaz: Typ. do Goyaz.

_____ (1921). Lei n. 694 de 27 de Julho de 1921. Autorizando o Governo do Estado a criar cinco grupos escolares.

MENSAGEM enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Presidente do Estado Desembargador João Alves de Castro, na 3ª sessão da 8ª legislatura em 13 de Maio de 1919. (1919). Goyaz: Typ do *Correio Oficial*.

MENSAGEM enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Presidente do Estado Desembargador João Alves de Castro em 13 de Maio de 1920. (1920). Goyaz: Typ do *Correio Oficial*.

MENSAGEM, enviada ao Congresso Legislativo pelo Presidente Desembargador João Alves de Castro, na 1ª sessão da 9ª legislatura, em 13 de maio de 1921. Typ. do Correio Oficial (1921).

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1922, pelo Presidente do Estado Eugênio Rodrigues Jardim (1922).

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1924 pelo coronel Miguel da Rocha Lima, Presidente do Estado (1924).

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1925 pelo coronel Miguel da Rocha Lima, Presidente do Estado de Goyaz (1925).

MENSAGEM enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz a 14 de maio de 1926 presidente Dr Brasil Ramos Caiado, Presidente do Estado de Goyaz. (1926).

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo exmo. Sr. dr Brasil Ramos Caiado, Presidente do Estado de Goyaz. (1927).

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O DEMOCRATA: 04/maio/1923; 13/ago./1926; 11/nov./1927; 12/jan./1929; 14/jan./1929; 19/jan./1929; 09/fev./1929; 02/nov./1929.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.